



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C O R D Ã O Nº985

Feito : Processo Nº1380/92-TCE/ACRE

Relator: Conselheiro JOSÉ EUGENIO DE LEÃO BRAGA

Assunto: AUDITORIA nas áreas Financeira, Contábil e Patrimonial da Prefeitura Municipal de TARAUCÁ, referente ao exercício de 1992 (requerida pelo Deputado FRANCISCO LOPES).

São ilegais despesas realizadas sem observância das formalidades legais.

O abandono de tais exigências pelo Gestor Municipal implica ilegalidade e vicia as demonstrações financeira, contábil e patrimonial. Inteligência das Leis 4.320/64 e 8.625/93.

Remessa do processo ao Ministério Público Estadual e cópia seja apensada a Prestação de Contas da Prefeitura de TARAUCÁ, 1992.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº1380/92, acima indicado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, ante as razões expostas, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante deste julgado, para mantê-lo em seus termos, com a condenação dos senhores **Esperidião Menezes Júnior e Cleir Fernandes**, então administradores da Prefeitura do Município de Tarauacá, a devolverem aos cofres daquela Municipalidade, os valores a serem apurados na forma expressa no art. 25, da Lei Nº8625/93; pela remessa de cópia dos autos ao interessado, o Deputado **Francisco Lopes**, via Presidência do Poder Legislativo, para ciência e providências que julgar conveniente, bem como seja o presente feito enviado ao Ministério Público Estadual para o fim previsto no art. 25, da citada Lei Nº8625, de 12 de fevereiro de 1993 e seja apensada idêntica cópia destes, ao processo de Prestação de Contas da Prefeitura de Tarauacá, exercício de 1992. -.-.-.-.-.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 1º de dezembro de 1994.

Cons. **ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE**
Presidente do TCE/ACRE

Cons. **JOSÉ EUGENIO DE LEÃO BRAGA**
Relator,

Fui presente:

FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE
Procurador-Chefe do M.P.E.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Este documento foi publicado no
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO N.º 6441
de 03/01/1995 p. 09/10.

Guiza
Secretário do Plenário



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Feito : Processo Nº 1.380/92-TCE/ACRE

Relator: Conselheiro JOSÉ EUGENIO DE LEÃO BRAGA

**Assunto: AUDITORIA NAS ÁREAS: FINANCEIRA, CONTÁBIL E PATRIMONIAL DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1992
(REQUERIDA PELO DEPUTADO FRANCISCO LOPES).-**

RELATÓRIO

Tratam os autos de Auditoria nas áreas financeira, contábil e patrimonial da Prefeitura Municipal de Tarauacá, exercício de 1992, requerida pelo Deputado Francisco Lopes, via Plenário da Augusta Assembléia Legislativa.

No período examinado, o Município de Tarauacá foi administrado pelos senhores Esperidião Menezes Júnior, de 01 de janeiro a 02 de abril e Cleir Fernandes, de 03 de abril a 31 de dezembro de 1992.

A auditoria foi procedida de 10 a 17 de março de 1993, quando dirigia o município, interinamente, o senhor Gilson Prado, tendo os seguintes tópicos auditados:

1. Execução Orçamentária

A Prefeitura de Tarauacá, durante o exercício em análise, deixou de observar as recomendações contidas na Lei 4.320/64, no que se refere a execução orçamentária. Dentre as irregularidades verificadas, destaca-se:

- a) Realização de despesas sem empenho prévio, ferindo o art. 60, da Lei 4.320/64;
- b) Classificação de despesa em dotação indevida;
- c) Pagamento de despesas de exercícios encerrados sem a devida inscrição em Restos a Pagar ou Despesas de Exercícios Anteriores;
- d) A execução orçamentária não tem acompanhamento registrado nas fichas apropriadas;
- e) Os documentos de despesa não apresentam a devida qualificação do credor (endereço, RG, CIC, etc);
- f) Nenhuma nota fiscal apresenta o atesto de recebimento do



material ou serviço adquirido;

g) Pagamentos sem comprovação da despesa;

h) Realização de despesa com valores sujeitos a licitação sem que a mesma fosse realizada.

2. Execução Financeira

A Prefeitura não teve o devido cuidado com os registros e a guarda dos documentos. As fichas de controle da movimentação financeira, apresentaram erros de lançamentos, os avisos de crédito e extratos bancários não estavam completos e os Boletins Diários da Tesouraria não demonstravam a realidade. Estes fatos inviabilizaram a verificação da receita arrecadada pelo município. A Prefeitura não elaborou, mensalmente, a conciliação bancária.

3. Execução Contábil

Conforme preceitua o art. 85, da Lei 4.320/64, a contabilidade deve estar organizada de tal forma a permitir o acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

A Prefeitura não mantinha sistema de controle que demonstrasse a real situação do município. Não existia nenhum registro sobre a execução orçamentária e patrimonial.

4. Almoxarifado

A Prefeitura não possuía um setor responsável pela aquisição e guarda dos bens de consumo. Não existia o controle da entrada e saída desses bens.

Em virtude da falta desse controle e dos atestos nos documentos de despesas, não foi possível verificar se todas as aquisições deram entrada na Prefeitura.

Através da análise dos empenhos e documentos de despesas, constatou-se um consumo elevado de combustível (quadro de fls. 25 a 27).

5. Bens Patrimoniais

A atual administração da Prefeitura realizou um levantamento dos bens adquiridos no exercício em tela (doc. de fls. 29 a 31) e, segundo



não se encontra mais naquela municipalidade.

Esse levantamento é o único documento sobre os bens pertencentes a Prefeitura, pois até então, não existia qualquer tipo de controle do patrimônio.

6. Recursos Humanos

Os servidores do município de Tarauacá são regidos pelo regime celetista e possuem Plano de Cargos e Salários, aprovado pela Lei nº 252/89.

A Prefeitura efetuou 134 admissões, sendo 127 na gestão Esperidião Menezes Júnior e 07 na gestão Cleir Fernandes, conforme demonstrado no quadro de fls. 35/37. Nesse quadro, pode ser verificado, na coluna observações, que algumas admissões foram precedidas de concurso público, não analisado, uma vez que não fora encontrado, nos arquivos, a documentação pertinente.

Relativo a pagamento de pessoal, as folhas são empenhadas pelo líquido. Os descontos são empenhados em dotação indevida (3132 - Outros Serviços). Até o encerramento da auditoria, não havia sido pago o 13º salário do ano de 1992.

7. Aspectos Gerais

7.1 - A Prefeitura despendeu o valor de Cr\$ 540.928.372,00, em fretes de aeronaves e passagens aéreas, destinadas, na sua maioria, a transporte de terceiros, bem como pagamento de excesso de bagagem (doc. de fls. 38 a 42 - Prefeitos Esperidião e Cleir).

Os empenhos nºs 067 e 1044, doc. de fls. 43/44, referente ao pagamento de passagens do Prefeito Cleir Fernandes, no trecho Rio Branco/Campo Grande/Rio Branco, no seu histórico não consta o objeto da viagem.

7.2 - Durante a auditoria comprovou-se a realização de despesas com hospedagem e alimentação dos professores da UFAC. Após indagação, foi esclarecido ser esta despesa, a contrapartida do município no convênio firmado entre a UFAC, Estado e Município, para funcionamento de Curso Universitário. É necessário esclarecer que, não encontra nos arquivos da Prefeitura o Termo do Convênio.



que foram realizados gastos exorbitantes, como resultantes do convênio, despesas efetuadas pelos Prefeitos Esperidião Menezes Júnior e Cleir Fernandes.

7.3 - A Prefeitura mantinha um contrato com o Sr. Francisco Jorge Dourado Neto, para coleta de lixo, que era pago em parcelas mensais, sem apresentação de nota fiscal de serviços. Essa prática, caracteriza evasão de receita para o município (doc. de fls. 55 a 71 - Prefeito Cleir Fernandes).

7.4 - Quando da análise dos documentos de despesas relativas a educação, todas foram efetuadas no programa "Ensino de 1º Grau". Tal procedimento, contraria o disposto no art. 212 da Constituição Federal, uma vez que não prioriza o ensino fundamental.

Algumas despesas que não são inerentes a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

- a) Aluguel de duas casas, uma para alojar os professores da UFAC, e outra para instalação da sede da LBA;
- b) Aquisição de fotos e flores para a festa de formatura dos alunos da UFAC; (Prefeito Cleir)
- c) Realização de show e festa no dia das mães; (Prefeito Cleir)
- d) Toda a despesa com a realização do curso universitário (doc. de fls. 51/54 - Prefeito Cleir);
- e) Gastos elevados com passagens aéreas para transporte de terceiros (doc. fls. 38/41 - Prefeitos Esperidião e Cleir);
- f) Gastos com combustível, quando a Secretaria de Educação não possuía nenhum veículo (quadro demonstrativo de fls. 25/27 - Prefeitos Esperidião e Cleir);
- g) Gastos com fornecimento de refeições a pessoas diversas (doc. de fls. 45/49, 98/101, 128/132 - Prefeitos Esperidião e Cleir);
- h) Aquisição de material para doações, tais como: cobertores, redes, medicamentos, alimentos, etc. (doc. de fls. 45/49, 91/97 - Prefeito Esperidião);

7.5 - No mês de janeiro/92 foram emitidos 09 (nove) cheques a credores diversos, inclusive à Tesouraria da Prefeitura, sem o devido empenho.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

05

contrariando o art. 60, da Lei 4.320/64. Não foi comprovada a realização das despesas, doc. de fls. 72 a 76. (Prefeito Esperidião)

7.6 - A Prefeitura efetuou a compra de duas passagens da Empresa LINDATUR; 1 - Trecho RBO/BSB/RBO, em 17.06.91, no valor de Cr\$ 127.628,00; 2 - Trecho RBO/MAO/RBO, em 06.06.91, no valor de Cr\$ 87.528,00. (Prefeito Esperidião).

No dia 17 de fevereiro de 1992, foi encaminhado àquela Prefeitura, pelo advogado José Henrique Maciel, os documentos de fls. 83 a 85, solicitando o pagamento do débito atualizado em Cr\$ 1.500.000,00, inclusive os seus honorários.

Através do empenho nº 617, de 19/03/92, constatou-se o pagamento de apenas Cr\$ 750.000,00, que não corresponde às faturas apresentadas, nem ao valor cobrado, doc. de fls. 77 a 82. (Prefeito Esperidião).

Por se tratar de despesa de exercício encerrado, o empenho deveria ter sido inscrito em "Despesas do Exercício Anterior", e empenhada no elemento de despesa 3192. Não foram observadas as recomendações contidas no art. 37, da Lei 4.320, Uma vez que o empenho nº 617 foi emitido como despesa normal daquele exercício.

7.7 - O paternalismo foi característica marcante na Prefeitura de Tarauacá, haja vista, o quantitativo de doações ali realizadas. Para este fim a Prefeitura adquiria madeira, alimentos, tecidos, cobertores, redes, plantadeiras, botas, medicamentos, etc. (doc. de fls. 86 a 97 - Prefeito Esperidião).

7.8 - A Prefeitura efetuou o pagamento no valor de Cr\$ 5.390.000,00 relativo a aquisição de 830 refeições, 50 churrascos e 1.436 refrigerantes para manutenção do gabinete do Prefeito, doc. de fls. 98 a 101 (Prefeito Esperidião).

7.9 - Os documentos de fls. 102 a 127 (empenhos nºs 1154 e 1151), comprovam que o Prefeito Cleir Fernandes ordenava despesas de diárias para custear sua alimentação e pousada fora do município e posteriormente efetuava o pagamento de despesas com hotel e restaurante.



7.10 - Os documentos de fls. 128 a 132, comprovam que a Prefeitura efetuou o pagamento de um jantar incluindo o consumo de 63 cervejas. Bebidas alcóolicas não são objeto de gasto público. (Prefeito Cleir Fernandes)

7.11 - Durante a análise documental encontrou-se a nota de empenho nº 0019 de 08.01.92 (fl. 133) e cópia do cheque nº 678228, de 15.01.92 (fl. 139), referente ao pagamento de Cr\$ 225.000,00 ao Sr. Alberto Felício Abrahão, relativo a aquisição do material constante da nota fiscal nº 7864, de 19.12.91 (fl. 134). Anexo a estes documentos, uma carta datada de 02.04.92 (fl. 135), onde o citado senhor Alberto Felício Abrahão, solicita o pagamento do cheque nº 153451, em valores atualizados para Cr\$ 550.000,00.

Nos extratos bancários de fls. 137 consta o cheque nº 678228, sacado em 16.01.92, na agência do próprio município.

Através do OF/TCE/Nº 283/93 (fl. 140), foi solicitado ao senhor Alberto Felício Abrahão, esclarecimentos sobre o fato, e como resposta os documentos de fls. 141 a 143, onde consta que o cheque nº 153451 não pertencia a Prefeitura de Tarauacá e sim a Carlos Alberto Maia, e o mesmo afirma não ter recebido até a presente data, o pagamento que lhe é devido, haja vista que o cheque em seu poder, foi devolvido pelo Banco por insuficiência de fundos.

Vistoriando a compra dos materiais e o pagamento, com o cheque nº 153451, emitido pelo senhor Carlos Alberto Maia e devolvido por insuficiência de fundos. (Prefeito Esperidião Menezes Júnior)

Todos esses fatos evidenciam que:

- O Prefeito utilizava-se de cheques de terceiros para realizar despesas em nome da Prefeitura;
- O cheque nº 678228 não foi sacado pelo favorecido.

7.12 - Finalizando, destaco que a maioria das notas fiscais, contantes dos processos de pagamentos, não possui chancela ou carimbo da Secretaria Estadual da Fazenda, fato que deixa dúvidas quanto a validade ou autenticidade (doc. de fls. 45, 46, 47, 48 e 49 - Prefeito Esperidião).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

07

do dia 27 de maio de 1993. Após análise, proferi despacho mandando citar os senhores Esperidião Menezes Júnior e Cleir Fernandes, para tomarem conhecimento do apurado e no prazo, querendo, oferecerem defesa (fl. 145).

Os mandados foram expedidos e cumpridos (fls. 146 e 147). Às fls. 149, a Secretaria das Sessões certifica que até a data de 29 de julho de 1993, não deu entrada neste Tribunal qualquer documento referente ao feito.

Por despacho do dia 05 de agosto de 1993, remeti o processo ao MPE opinar.

Através da Procuradora Anna Helena de Azevedo Lima, o MPE se pronuncia às fls. 151/152 e 168/171.

É o Relatório.

Rio Branco, 28 de novembro de 1994.

José Eugênio de Leão Braga
Conselheiro Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Feito : Processo Nº 1.380/92-TCE/ACRE

Relator: Conselheiro JOSÉ EUGENIO DE LEÃO BRAGA

Assunto: AUDITORIA NAS ÁREAS: FINANCEIRA, CONTÁBIL E PATRIMONIAL DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUCÁ, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1992
(REQUERIDA PELO DEPUTADO FRANCISCO LOPES).-

V O T O

O prejuízo causado ao Município de Tarauacá, exercício de 1992, pela administração dos senhores Esperidião Menezes Júnior, de 1º de janeiro a 02 de abril e Cleir Fernandes, de 03 de abril a 31 de dezembro de 1992, está sobejamente provado nestes autos. Regularmente citados, os responsáveis Esperidião Menezes Júnior e Cleir Fernandes, deixaram passar "in albis" o direito de defesa.

Isto posto, **voto:**

1 - Pela condenação dos senhores Esperidião Menezes Júnior e Cleir Fernandes, a devolverem aos cofres do Município de Tarauacá, os valores a serem apurados na forma disposta no art. 25, da Lei nº 8.625/93;

2 - Pela remessa de cópia dos autos ao requerente, o Deputado Francisco Lopes, via Presidência da Augusta Assembléia Legislativa, para conhecimento do apurado e providências que entender adotar.

3 - Pela remessa do Processo ao Ministério Público Estadual para os fins previstos no art. 25, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993;

4 - Pelo apensação de cópia dos autos ao Processo de Prestação de Contas do Município de Tarauacá, exercício de 1992.

É como voto.

Rio Branco, 1º de dezembro de 1994.

José Eugênio de Leão Braga
Conselheiro Relator